

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Concurso Público para provimento de cargo de
Perito Médico da Previdência Social

Caderno de Prova, Cargo A01 , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 75 questões, assim distribuídas:
 - Conhecimentos Gerais - questões de nºs 01 a 20
 - Conhecimentos Específicos:
 - Legislação Previdenciária e do Trabalho - questões de nºs 21 a 40
 - Medicina do Trabalho - questões de nºs 41 a 55
 - Medicina Geral - questões de nºs 56 a 70
 - Legislação de Assistência Social e referente ao SUS - questões de nºs 71 a 75
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 5 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O final do século XIX está associado a aspectos que afetaram o nosso tempo. Entre eles, e principalmente, o colapso das velhas maneiras de viver, enraizadas na era pré-industrial. O tremendo crescimento da capacidade técnica tornou a vida muito mais intrincada do que costumava ser. Se isto é bom ou mau, não está em questão aqui. Meramente observamos o fato de que as demandas do nosso tempo são enormemente variadas e as exigências da vida cotidiana muito mais complexas do que antes.

Tudo isso também se reflete na esfera intelectual. Se em outras épocas fora possível uma única pessoa dominar várias disciplinas, agora se torna cada vez mais difícil que alguém adquira um conhecimento profundo, até mesmo em um só campo. A fragmentação dos objetivos intelectuais em compartimentos cada vez mais estreitos provocou, na nossa época, uma verdadeira confusão de idiomas. Esse estado de coisas doentio resulta de certas mudanças que se impuseram com o crescimento da sociedade tecnológica contemporânea. Em passado não muito distante, prevalecia, não apenas dentro de um determinado país, mas em grande medida em toda a Europa ocidental, um ambiente comum compartilhado por todos os que alcançavam um certo nível de educação. Naturalmente, essa educação não era um verniz universal nem igualitário. Em geral era um privilégio, uma exclusividade, que desde então vem sendo amplamente eliminada; agora o único critério admissível é a competência, privilégio de uma espécie diferente. Essa base comum de entendimento desapareceu desde então.

(Adaptado de Bertrand Russel. **História do pensamento ocidental:** a aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 411-12)

1. No primeiro parágrafo,
 - (A) a referência ao século XIX foi feita logo no início porque seus últimos anos constituem o tema central a ser desenvolvido no texto.
 - (B) o autor vale-se de uma incoerência como recurso retórico: explicita o desejo de ser mero observador dos fatos, mas quebra sua objetividade ao empregar o adjetivo *tremendo*.
 - (C) a idéia que o autor defende é a seguinte: os benefícios do progresso só foram atingidos pela superação das velhas técnicas que caracterizaram a era pré-industrial.
 - (D) o emprego de *Meramente*, no período final, reforça que o autor deseja dar a seu comentário um tom de constatação, destituída de qualquer traço de juízo de valor.
 - (E) a complexidade da vida contemporânea é atribuída à permanência, nela, de certos traços da era pré-industrial que não foram suficientemente derrocados.

2. Com relação ao segundo parágrafo, é correto afirmar:
 - (A) A expressão *Tudo isso* refere-se ao conjunto de fatores que passarão a ser elencados como os que incidem sobre a esfera intelectual.
 - (B) O emprego de *também* denota inclusão, que, no contexto, se refere a uma específica esfera, já analisada no parágrafo anterior.
 - (C) A frase *Se em outras épocas fora possível uma única pessoa dominar várias disciplinas*, que contém um dos itens da aproximação efetuada, constitui-se de idéia tomada como verdadeira.
 - (D) O emprego da forma verbal *fora* explicita a idéia de que o fato referido – *uma única pessoa dominar várias disciplinas* – nunca deixaria de constituir uma conjectura.
 - (E) A expressão *até mesmo* manifesta, no contexto, idéia de exceção, podendo ser substituída, sem prejuízo do sentido original, por “salvo se”.

3. *A fragmentação dos objetivos intelectuais em compartimentos cada vez mais estreitos provocou, na nossa época, uma verdadeira confusão de idiomas.*

No período acima,

- (A) a fragmentação citada constitui, ao mesmo tempo, uma consequência do que se afirma na frase anterior e uma causa da confusão nele aludida.
- (B) a expressão *uma verdadeira confusão de idiomas* pode ser substituída, sem prejuízo do sentido original, por “legítimo baralhamento de línguas”.
- (C) a expressão *cada vez mais* foi empregada para traduzir a idéia de intermitência presente no processo de fragmentação.
- (D) observado o contexto, a forma verbal *provocou* poderia, por questão de estilo, ser substituída por “provocara”, sem prejuízo da correção ou do sentido original.
- (E) a elisão da vírgula aposta a *provocou* não prejudica a correção da frase, considerada a norma culta da língua.

4. *Em passado não muito distante, prevalecia, não apenas dentro de um determinado país, mas em grande medida em toda a Europa ocidental, um ambiente comum compartilhado por todos os que alcançavam um certo nível de educação.*

O sentido da frase acima está preservado na seguinte alternativa, redigida de acordo com o padrão culto da língua escrita:

- (A) Não dentro de um único país, mas também na Europa ocidental como um todo, até a pouco ainda existia um espaço comum a todos que tivessem tido oportunidade de obter certo grau de conhecimento.
- (B) Até recentemente, não só no âmbito de um específico país, mas, de certo modo, no de toda a Europa ocidental, persistia uma atmosfera sócio-cultural partilhada por todos aqueles que atingiam dado patamar de instrução.
- (C) Não vai longe o tempo que, não só num certo país, mas em quase toda a Europa ocidental, se mantinha um certo meio social comum para todos que alcançassem tal formação intelectual.
- (D) É realidade que durou até quase nossos dias, e não somente no país, mas na Europa ocidental praticamente toda: pessoas de bom nível cultural podiam compartilhar o mesmo ambiente.
- (E) Nem na Europa toda, nem só dentro de um país, mas é fato praticamente contemporâneo que pessoas cultas compartilham o ambiente reservado a todos que chegam a atingir uma certa erudição.

5. Observadas mais especificamente as 6 linhas finais, leia as afirmações que seguem acerca do texto.

- I. Dele pode-se inferir corretamente que, nos dias atuais, não é nada fácil para os que se devotam a diferentes ramos de investigação se entenderem entre si.
- II. Nele está expressa a convicção de que nem toda prerrogativa é ilegítima, pois algumas correspondem a lédimas conquistas por mérito.
- III. Nele está subentendido que certas regalias, concedidas em detrimento da maioria, ainda estão em processo de proscição.
- IV. Nele se assevera que a desigualdade intelectual dos seres é da ordem regular da Natureza.

É correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

6. *O Iluminismo seria uma tendência transepocal, não limitada a nenhum período específico, que se caracteriza por uma atitude racional e crítica. Ela combate o mito e o poder, usando a razão como instrumento de dissolução do existente e de construção de uma nova realidade. Chamo de Ilustração o movimento de idéias que se aglutinou, no século XVIII, em torno dos filósofos enciclopedistas: Diderot, Voltaire, d’Alembert. A Ilustração foi a mais importante das realizações históricas do Iluminismo, mas não a primeira, nem a última.*

(Sergio Paulo Rouanet, “O olhar iluminista”. IN: **O olhar**. Aduato Novaes, et al. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 125)

A alternativa que sintetiza corretamente o fragmento acima é:

- (A) As atitudes racionais e críticas de um filósofo não bastam para que ele seja considerado iluminista; é o caso dos filósofos Diderot, Voltaire e d’Alembert, que, representativos da Ilustração, o mais importante dos movimentos, têm sua ação associada a uma época precisa.
- (B) A atitude racional e crítica que caracteriza movimentos de idéias em várias épocas e países fez da Ilustração a origem do que se poderia considerar Iluminismo, caracterizado pelo combate às estruturas de poder e do mito no século XVIII.
- (C) Muitas são as manifestações que poderiam ser rotuladas de Iluminismo, pois as atitudes que as caracterizam vão muito além de uma época determinada; é por isso que não é adequado designar de Ilustração o modo revolucionário adotado pelos enciclopedistas.
- (D) Há aspectos comuns aos distintos Iluminismo e Ilustração: correspondem a movimentos de idéias – baseadas na razão crítica – cujas conquistas ultrapassam a época em que ocorreram, principalmente no que se refere ao combate aos poderosos e aos mitos.
- (E) Pode-se estabelecer distinção entre Ilustração e Iluminismo: a primeira, marcada historicamente, constitui uma, ainda que a mais significativa, das concretizações do modo de ser do Iluminismo, que faz da razão e da crítica armas de renovação de estruturas.

7. O único segmento grifado que NÃO está empregado em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Não é muito agradável estar com aqueles meus primos, porque eles falam ininterruptamente de si.
- (B) Esse é o tipo de questão que você terá de resolver com nós mesmos.
- (C) A fim de não encontrá-lo no consultório, deixei para ir no dia seguinte.
- (D) Ele preencheu o formulário de modo inadequado, é onde o coordenador chamou sua atenção.
- (E) Cabelos cacheados e sedosos moldam lhe o rosto afilado e claro.

8. Empregou-se de acordo com o padrão culto escrito a forma grifada em:

- (A) Quando eu reaver o que me foi cobrado indevidamente, farei uma doação a esse projeto social.
- (B) Esses papezinhos amarelos marcam as páginas mais importantes do relatório.
- (C) Ela confirmou que, se lhe convir, ela entrará no processo junto com todo o grupo.
- (D) Os abaixos-assinados que circularam na empresa foram entregues à imprensa hoje pela manhã.
- (E) Se, no documento, ele requisesse somente o que lhe era de direito, teria seu pedido deferido.

9. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua escrita em:

- (A) Naquela hora, o advogado chegou a insinuar que algumas das reivindicações de seu cliente já não lhe parecia tão justas como pensava que o fosse.
- (B) Situações de crianças em risco, em quaisquer que seja os contextos considerados, devem ser levados a sério, sob pena de os possíveis responsáveis serem julgados omissos.
- (C) Quando percebeu que já havia passado dez dias do recebimento das notas fiscais, lembrou que delas dependia, naquele momento, o envio do projeto em tempo hábil.
- (D) É necessário, sempre e a todo momento, as mais severas medidas contra os que, imunes aos direitos alheios, atentam contra os bens públicos.
- (E) Se eles houvessem manifestado interesse, nada impediria que lhes fosse oferecido, dentro das normas legais, o mesmo prazo que a outros foi concedido.

10. Empregou-se de acordo com o padrão culto escrito a forma grifada em:

- (A) Estava tão atrapalhado, que enviou a carta justamente aquele que nunca poderia tê-la recebido.
- (B) A atitude desequilibrada daquele jovem foi uma heresia aos idosos que ali estavam sendo homenageados.
- (C) Informou lhe de que deveria fechar o contrato até o fim do dia.
- (D) Recuperou lhe daquele distúrbio com a competência e dedicação que todos lhe reconhecem.
- (E) Ele foi investido com uma difícil tarefa de comando, da qual se desincumbiu com grande habilidade.

<p>11. Desde que presentes os requisitos necessários exigidos pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, pode ser concedida licença ao servidor por motivo de doença em pessoa da família, entre outros, de</p> <p>(A) seu padastro, e a licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até trinta dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração por até noventa dias.</p> <p>(B) seus avós, e a licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até sessenta dias, improrrogáveis e mediante laudo médico oficial, sendo que expirado este prazo deverá entrar imediatamente em exercício.</p> <p>(C) seu enteado, e a licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo efetivo, até sessenta dias, podendo ser prorrogada por até trinta dias, mediante laudo médico oficial e, excedendo estes prazos, sem vencimentos por até cento e vinte dias.</p> <p>(D) sua companheira, e a licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo efetivo, até sessenta dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, uma eventual prorrogação ficará a critério da autoridade superior.</p> <p>(E) seus pais, e a licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogado até sessenta dias mediante parecer de junta médica oficial, sendo que expirado estes prazos deverá entrar imediatamente em exercício.</p>	<p>13. No que diz respeito à readaptação do servidor público federal, é certo que</p> <p>(A) terá ela aplicação restrita às limitações que atinjam a capacidade física do servidor, porque nas hipóteses referentes a incapacidade mental ele deverá ser colocado como excedente.</p> <p>(B) ela caracteriza-se como o retorno à atividade do servidor em disponibilidade, viabilizando-se mediante aproveitamento, obrigatoriamente, em cargo de atribuições correlatas.</p> <p>(C) se trata de uma forma de provimento originário de cargo público, assim como, em outra situação, quando em gozo de licença saúde, é forma de vacância derivada de cargo público.</p> <p>(D) sendo julgado incapaz para o serviço público o readaptando ficará em disponibilidade, todavia será submetido, anualmente, a nova perícia.</p> <p>(E) ela será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitado o nível de escolaridade, a equivalência de vencimentos e a habilitação exigida.</p>
<p>12. Em relação aos benefícios a que faz jus o servidor público federal, considere:</p> <p>I. No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a trinta dias de repouso remunerado, e no caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.</p> <p>II. O atestado e o laudo da junta médica sempre deverão referir-se ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente de serviço, doença profissional e doença incurável.</p> <p>III. O servidor público acidentado em serviço que necessite tratamento especializado deverá, de regra e obrigatoriamente, receber o tratamento recomendado por junta médica oficial e em instituições públicas.</p> <p>IV. A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a vinte e quatro meses, sendo certo que, expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor público será aposentado.</p> <p>Nesses casos, estão corretos SOMENTE</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>14. Tendo em vista as regras deontológicas e os deveres do servidor público federal, objeto de seu Código de Ética, é correta a afirmação de que</p> <p>(A) a existência de longas filas ou atrasos na prestação de serviço caracterizam mera ineficiência dos responsáveis, e especialmente do órgão público, mas não implicam em dano moral.</p> <p>(B) toda ausência do servidor de seu local de trabalho é considerada desmoralização do serviço público e sempre conduz à desordem em relação de qualquer natureza.</p> <p>(C) o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.</p> <p>(D) é dever do servidor público, entre outros, ter consciência de que seu trabalho é regido tão-somente pelos princípios estatutários constantes no regime jurídico único que se materializam na prestação do serviço público.</p> <p>(E) a probidade e a lealdade são deveres acessórios do servidor público, que estando diante de duas opções, deverá escolher sempre a melhor e mais vantajosa para o bem individual.</p> <p>15. No que se refere às vedações impostas ao servidor público federal constantes de seu Código de Ética, está prevista a de</p> <p>(A) ratificar ou avalizar o teor de documento verdadeiro que deva encaminhar para providências.</p> <p>(B) retirar da repartição pública, em qualquer situação, determinados documentos, livros ou bens pertencentes ao patrimônio público.</p> <p>(C) apresentar-se, ainda que uma só vez, embriagado no serviço ou fora dele.</p> <p>(D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou de seu conhecimento para atendimento do seu mister.</p> <p>(E) desviar, em qualquer hipótese, servidor público para atendimento a interesse da Administração Pública.</p>

<p>16. No que se refere às Comissões de Ética previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal, é certo que</p> <p>(A) a pena aplicável ao servidor público, infrator do Código de Ética, pelo superior hierárquico, é a de censura, sendo que na reincidência será a de cassação do cargo.</p> <p>(B) a Comissão de Ética poderá se eximir de fundamentar o julgamento da falta de ética de um servidor público, alegando a falta de previsão do Código de Ética.</p> <p>(C) são próprios dos procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética, para a apuração de fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética do servidor público, o rito sumário e o recurso ao respectivo Ministro de Estado.</p> <p>(D) a Comissão de Ética não poderá fornecer aos organismos encarregados do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, ainda que para instruir suas promoções.</p> <p>(E) sendo os princípios éticos de natureza moral, é facultado ao servidor público prestar, perante a Comissão de Ética, um compromisso de acatamento ou observância às regras do Código de Ética.</p>	<p>20. O protocolo de agência de correio 3 – POP3 – é utilizado com frequência por provedores de serviços de Internet para permitir o</p> <p>(A) recebimento de mensagens de e-mail, com acesso a várias pastas do lado do servidor.</p> <p>(B) recebimento de mensagens de e-mail, com acesso a uma única caixa de entrada.</p> <p>(C) envio de mensagens de e-mail, com acesso a várias pastas do lado do servidor.</p> <p>(D) envio de mensagens de e-mail, com acesso a uma única caixa de enviados.</p> <p>(E) recebimento e o envio de mensagens de e-mail, com acesso a várias pastas do lado do servidor.</p>
<p>17. Um texto existente em um documento será substituído automaticamente, a partir de qualquer ponto, à medida em que se digite outro, caso no editor de texto esteja selecionado para digitação o modo denominado</p> <p>(A) inserir.</p> <p>(B) alterar.</p> <p>(C) subscrever.</p> <p>(D) sobrescrever.</p>	<p>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p>LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DO TRABALHO</p> <p>21. O auxílio-doença</p> <p>(A) exige a incapacidade total e provisória para o exercício de todas as atividades laborativas.</p> <p>(B) exige a incapacidade total e provisória para o exercício das atividades laborativas habituais.</p> <p>(C) é devido aos segurados empregados desde o afastamento da atividade.</p> <p>(D) é devido aos segurados especiais desde o requerimento.</p> <p>(E) é devido, a contar do 16º dia, aos segurados empregados e domésticos.</p>
<p>18. A fórmula $=\\$K1 + M\\5, contida na célula E5 de uma planilha eletrônica, após ser copiada para a célula G7, ficará nessa última com a seguinte expressão:</p> <p>(A) $=\\$K1 + M\\5</p> <p>(B) $=\\$M1 + M\\7</p> <p>(C) $=\\$K3 + O\\5</p> <p>(D) $=\\$K3 + M\\7</p> <p>(E) $=\\$M3 + O\\7</p>	<p>22. O cumprimento do período de carência</p> <p>(A) não é exigido para a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa.</p> <p>(B) é obrigatório e são exigidas 12 contribuições mensais para a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade decorrer de hepatopatia grave.</p> <p>(C) não é exigido para o salário-maternidade para as seguradas empregadas e facultativas.</p> <p>(D) é obrigatório e são exigidas 180 contribuições mensais para a aposentadoria por idade para aqueles que se filiaram ao Regime Geral de Previdência Social em janeiro de 1990.</p> <p>(E) é obrigatório e são exigidas 12 contribuições mensais para o auxílio-doença para os segurados especiais.</p>
<p>19. Dadas as seguintes declarações:</p> <p>I. Programas que se replicam e se espalham de um computador a outro, atacando outros programas, áreas ou arquivos em disco.</p> <p>II. Programas que se propagam em uma rede sem necessariamente modificar programas nas máquinas de destino.</p> <p>III. Programas que parecem ter uma função inofensiva, porém, têm outras funções sub-reptícias.</p> <p>Os itens I, II e III correspondem, respectivamente, a ameaças programadas do tipo</p> <p>(A) cavalo de tróia, vírus e worms.</p> <p>(B) worms, vírus e cavalo de tróia.</p> <p>(C) worms, cavalo de tróia e vírus.</p> <p>(D) vírus, worms e cavalo de tróia.</p> <p>(E) vírus, cavalo de tróia e worms.</p>	<p>23. A aposentadoria especial é devida ao</p> <p>(A) segurado empregado pertencente à categoria de caldeireiro, durante 25 anos, independentemente de comprovação de exposição a agentes nocivos à saúde.</p> <p>(B) cooperado filiado à cooperativa de trabalho e ao contribuinte individual, desde que comprovem o exercício de atividade nociva à saúde, de forma não ocasional nem intermitente, durante 15, 20 ou 25 anos, conforme a atividade.</p> <p>(C) trabalhador exposto ao contato com doentes ou materiais infecto-contagiantes, de assistência médica, odontológica, hospitalar ou outras atividades afins, independentemente da atividade ter sido exercida em estabelecimentos de saúde.</p> <p>(D) vigia, guarda ou vigilante na condição de contribuinte individual.</p> <p>(E) segurado empregado que comprove exposição a ruído acima de 85 decibéis, respeitados os limites de tolerância previstos na NR-15 do MTE, desde que apresente laudo técnico e Perfil Profissiográfico Profissional-PPP, para o período posterior a 01 de janeiro de 2004.</p>

<p>24. O salário-maternidade</p> <p>(A) é indevido à mãe adotiva quando a mãe biológica tiver recebido o mesmo benefício por ocasião do nascimento da criança.</p> <p>(B) é devido por 90 (noventa) dias, quando a adoção referir-se à criança com idade de um até quatro anos.</p> <p>(C) será concedido em duplicidade, quando se tratar do nascimento de gêmeos.</p> <p>(D) poderá ser prorrogado por duas semanas nas situações em que exista risco de vida para o feto, a criança ou a mãe.</p> <p>(E) será pago juntamente com o auxílio-doença quando ocorrer incapacidade concomitante ao período de pagamento do benefício.</p>	<p>28. A respeito da manutenção e perda da qualidade de segurado é correto afirmar que</p> <p>(A) a perda da qualidade de segurado acarreta o reinício da contagem do prazo de carência para a obtenção de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial.</p> <p>(B) o segurado que estiver recebendo benefício por incapacidade mantém essa qualidade durante seis meses após a cessação do benefício, independentemente do retorno à atividade remunerada.</p> <p>(C) a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão de auxílio-doença, aposentadoria especial e aposentadoria por tempo de contribuição.</p> <p>(D) é irrelevante para a concessão da aposentadoria por idade, desde que o segurado comprove a carência exigida para a obtenção do benefício.</p> <p>(E) o segurado facultativo tem um período de graça de seis meses, prazo que poderá ser prorrogado por doze meses se comprovada a situação de desempregado perante o Ministério do Trabalho e Emprego.</p>
<p>25. O auxílio-acidente</p> <p>(A) pressupõe seqüela definitiva após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza.</p> <p>(B) é devido aos empregados, contribuintes individuais e trabalhadores avulsos.</p> <p>(C) não exige o cumprimento do período de carência e tem caráter vitalício, extinguindo-se apenas com o óbito do segurado.</p> <p>(D) é devido ao desempregado, desde que detenha qualidade de segurado.</p> <p>(E) poderá ser cumulado com auxílio-doença e com aposentadoria por tempo de contribuição.</p>	<p>29. Em relação à habilitação e reabilitação profissional das pessoas portadoras de deficiência, pode-se afirmar que</p> <p>(A) as empresas com até duzentos empregados estão obrigadas a preencher 2% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, desde que habilitadas.</p> <p>(B) visam proporcionar aos beneficiários incapacitados total ou parcialmente para o trabalho os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho, sem incluir o fornecimento de órteses e próteses.</p> <p>(C) é responsabilidade da Previdência Social a recolocação do reabilitando no mercado de trabalho, após a conclusão da reabilitação profissional.</p> <p>(D) não se estende aos dependentes do segurado.</p> <p>(E) é responsabilidade da Assistência Social.</p>
<p>26. A pensão por morte</p> <p>(A) é devida ao dependente inválido se a invalidez ocorrer após o óbito do segurado.</p> <p>(B) é devida ao dependente que receba aposentadoria por invalidez que está dispensado da realização de nova perícia médica.</p> <p>(C) cessa para a viúva com o novo casamento.</p> <p>(D) cessa com a emancipação de segurado inválido.</p> <p>(E) cessa com a adoção, para o filho adotado que receba pensão por morte dos pais biológicos, exceto quando o cônjuge ou companheiro adota o filho do outro.</p>	<p>30. Pode-se afirmar corretamente que</p> <p>(A) o retorno voluntário ao trabalho do aposentado por invalidez faz presumir a alta médica e acarreta a cessação automática do benefício, sem direito a nova perícia.</p> <p>(B) a recuperação total da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, após a alta médica que ocorrer dentro de cinco anos contados do início do benefício, possibilita o contribuinte individual receber o valor integral do benefício durante quantos meses forem os anos de duração do benefício.</p> <p>(C) aquele que receber aposentadoria especial e retornar à atividade que ensejou a concessão da aposentadoria terá o benefício cessado e está dispensado de devolver as importâncias recebidas da autarquia previdenciária.</p> <p>(D) a recuperação total da capacidade laborativa do aposentado por invalidez, após a alta médica que ocorrer dentro de cinco anos contados da data do início do benefício, possibilita ao segurado contribuinte individual receber o valor integral do benefício por seis meses.</p> <p>(E) o retorno voluntário ao trabalho do segurado que receber auxílio-doença faz presumir a alta médica e acarreta a cessação automática do benefício, sem direito a nova perícia.</p>
<p>27. Integram o orçamento da Seguridade Social no âmbito federal,</p> <p>(A) as receitas da União, dos impostos e receitas de outras fontes.</p> <p>(B) as contribuições sociais recolhidas pelas empresas, incidentes sobre a folha de salários, excluído o pequeno produtor rural.</p> <p>(C) as contribuições sociais recolhidas pelas empresas, incidentes sobre o faturamento e o lucro.</p> <p>(D) a receita do concurso de prognósticos e contribuições sobre os salários de empregados, salvo para aposentados que tenham retornado à atividade.</p> <p>(E) as contribuições dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos sujeitos a regime próprio de previdência social.</p>	

<p>31. Em relação ao acidente do trabalho pode-se afirmar que</p> <p>(A) para a caracterização do acidente laboral, é necessário que este seja causa única da redução ou perda da capacidade laborativa do segurado.</p> <p>(B) o ato de imprudência praticado por terceiro ou companheiro de trabalho, que acarrete a incapacidade laborativa do segurado não é considerado acidente de trabalho.</p> <p>(C) o acidente ocorrido no trânsito que causa morte do segurado no caminho de volta do trabalho, mesmo com desvio do trajeto habitual para resolver assunto de seu interesse, é considerado acidente do trabalho.</p> <p>(D) para caracterização técnica do nexo causal do acidente do trabalho, a perícia médica do INSS poderá ouvir testemunhas, efetuar pesquisa ou realizar vistoria do local de trabalho.</p> <p>(E) o benzenismo que acarrete leucopenia, ainda que não incapacitante, autoriza a concessão de benefício acidentário.</p>	<p>34. Considera-se empregado toda pessoa física</p> <p>(A) que prestar serviços de natureza eventual ou não a empregador, com exclusividade, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(B) que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(C) ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(D) que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(E) ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, com exclusividade, sob a dependência deste e mediante salário.</p>
<p>32. Considera-se tempo de contribuição para fins de concessão de aposentadoria o</p> <p>(A) período de contribuição efetuado por segurado facultativo.</p> <p>(B) tempo de serviço baseado em prova exclusivamente testemunhal, quando não houver documentos contemporâneos dos fatos a serem comprovados.</p> <p>(C) tempo de serviço militar já computado para a inatividade remunerada nas Forças Armadas.</p> <p>(D) exercício da medicina, a partir da inscrição no Conselho Regional de Medicina.</p> <p>(E) tempo de auxílio-reclusão.</p>	<p>35. No tocante ao adicional de insalubridade, é correto afirmar que seu valor é de</p> <p>(A) 10%, 20%, ou 30% segundo se classifique nos graus mínimo, médio, ou máximo, calculado sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p> <p>(B) 10%, 20%, ou 40%, segundo se classifique nos graus mínimo, médio, ou máximo, calculado sobre o salário mínimo.</p> <p>(C) 40% sobre o salário calculado sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p> <p>(D) 30% sobre o salário calculado sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p> <p>(E) 30% sobre o salário mínimo.</p>
<p>33. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O primeiro diploma a instituir um sistema de previdência no Brasil foi a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS, de 1923, que criou a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários.</p> <p>(B) O segurado da Previdência Social adquire o direito à aposentadoria no momento em que reúne todos os requisitos legais para a sua obtenção, inclusive o requerimento, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) O objetivo constitucional da universalidade de cobertura autoriza o legislador a criar benefícios previdenciários independentemente de fonte de custeio.</p> <p>(D) O direito previdenciário não pode ser considerado ramo autônomo do direito porque os princípios do direito do trabalho são inteiramente aplicáveis aos conflitos previdenciários.</p> <p>(E) O salário-maternidade é um benefício previdenciário que tem seu valor correspondente ao salário da atividade para a segurada empregada a fim de impedir a discriminação na contratação de mulheres, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>36. A concessão de um intervalo para alimentação ou repouso deverá ser no mínimo de</p> <p>(A) uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas e não ultrapasse oito horas.</p> <p>(B) uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas, em qualquer trabalho contínuo ou descontínuo, cuja duração exceda de seis horas.</p> <p>(C) uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas.</p> <p>(D) uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas, em qualquer trabalho contínuo ou descontínuo cuja duração exceda de seis horas e não ultrapasse oito horas.</p> <p>(E) sempre uma hora, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, independentemente de acordo escrito ou contrato coletivo em contrário.</p>

37. Nas atividades de processamento eletrônico de dados de-ve-se, salvo o disposto em contratos coletivos de trabalho, observar o seguinte:

- (A) um intervalo de 15 minutos quando a duração ultra-passar 6 horas e for inferior a 8 horas.
- (B) ocorrendo afastamento do trabalho por período igual ou superior a 15 dias, o trabalho será realizado com níveis de números de toques a 8.000 por hora trabalhada.
- (C) o tempo efetivo de trabalho de entrada de dados não deve exceder o limite máximo de 6 horas.
- (D) uma pausa de 10 minutos para cada 90 minutos trabalhados, deduzidos da jornada normal de trabalho.
- (E) uma pausa de 10 minutos para cada 90 minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho.

38. É facultado às empresas

- (A) solicitar prévia aprovação, pela Delegacia Regional do Trabalho, dos projetos de construção e respectivas instalações.
- (B) colocação de assentos que assegurem postura correta ao trabalhador, capazes de evitar posições incômodas ou forçadas, para o trabalho sentado.
- (C) fornecer, gratuitamente, equipamentos de proteção individual adequado ao risco, com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho.
- (D) realizar, por sua conta exames: admissionais, demissionais e periódicos.
- (E) constituir a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

39. A caracterização do agente nocivo à saúde denominado ruído, no meio ambiente de trabalho, ocorre

- (A) com o contato esporádico ao limite de 85 dB (decibéis) na jornada diária de 8 horas.
- (B) com o pagamento de adicional de periculosidade de 20 a 40% da remuneração.
- (C) com o pagamento de adicional de insalubridade de 20%, por um período de 2 anos.
- (D) com a avaliação do agente (critério quantitativo), tempo de exposição do trabalhador, medidas de proteção e fiscalização pelo empregador.
- (E) somente com a avaliação do critério quantitativo.

40. A não-concessão das férias anuais implica

- (A) pagamento da remuneração acrescida de um terço.
- (B) gozo das mesmas pelo prazo de 60 dias.
- (C) pagamento em dobro das férias, fixação judicial da nova data do gozo e autuação pelo Ministério do Trabalho.
- (D) pagamento simples das férias e autuação pelo Ministério do Trabalho.
- (E) somente a fixação da nova data do gozo das mesmas, por determinação judicial.

MEDICINA DO TRABALHO

41. A Convenção 148 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que versa sobre a Proteção dos Trabalhadores Contra os Riscos Profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído, às vibrações no local de trabalho (Decreto nº 93.413 de 15/10/86)

- (A) contém sugestões internacionais para os países-membros da OIT e pode ser aplicada nas diversas áreas do trabalho.
- (B) fixa os limites de exposição, após definir os riscos de exposição à contaminação do ar, ao ruído e às vibrações.
- (C) embora promulgada em 1986, foi aprovada em 1981 e ratificada em 1982 atuando em diversos ramos que tenham ruído, vibração e contaminação do ar com exceção da indústria de borracha e petroquímicas.
- (D) trata dos riscos ambientais relacionados com ruído, vibração e contaminação do ar, mas sem referência às medidas de promoção à saúde dos trabalhadores.
- (E) recomenda medidas técnicas sobre organização do trabalho, com especial atenção aos equipamentos de proteção coletivos, pois para as orientações dos equipamentos de proteção individual existe a Convenção 155.

42. A Convenção 155 da OIT que discorre sobre Segurança de Saúde dos Trabalhadores (Decreto nº 1.254 de 29/09/04)

- (A) atua sobre todos os ramos de atividades para prevenção de acidentes e danos à saúde conseqüentes do trabalho.
- (B) não inclui o controle do projeto e fabricação de máquinas e equipamentos como atribuição dos profissionais da Saúde Ocupacional.
- (C) obriga o conhecimento de normas básicas de segurança e faculta o ensino e educação dos princípios básicos de segurança, para o empregado especializado contratado.
- (D) determina que os acidentes graves devam ser notificados à polícia e à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) ficando a cargo do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) todos os inquéritos sobre os acidentes de trabalho.
- (E) não fixa medidas preventivas para as dependências de diretorias e afins, por serem setores sabidamente sem riscos.

43. A Convenção 161 da OIT que comenta sobre Serviços de Saúde no Trabalho (Decreto nº 127 de 22/05/1991) é um documento que orienta os médicos na organização de um serviço de excelência nas empresas. Ela

- (A) determina que o serviço de saúde analise as doenças profissionais e assessorie no planejamento e organização do trabalho, mas não faz parte de suas atribuições avaliar todos os riscos à saúde e os equipamentos de proteção coletiva.
- (B) abrange algumas áreas de atividade econômica, não incluindo as cooperativas de produção.
- (C) obriga o empregador informar ao serviço de saúde os riscos existentes no meio ambiente de trabalho, mas faculta aos empregados esta tarefa.
- (D) não obriga a empresa notificar aos empregados o fator de risco, caso este já esteja sob controle.
- (E) introduz, como política nacional nos serviços de saúde no trabalho, as funções de vigilância da saúde, adaptação do trabalho, organização dos primeiros socorros, análise de acidentes do trabalho, além de medidas de reabilitação profissional.

<p>44. Em perícias relacionadas com acidentes e doenças ocupacionais são critérios importantes para diferenciá-las de outros agravos à saúde a</p> <p>(A) presença de equipamentos de proteção coletiva, a vistoria no ambiente de trabalho e o quadro clínico.</p> <p>(B) vistoria no ambiente de trabalho, a história ocupacional e a presença de equipamentos de proteção coletiva.</p> <p>(C) anamnese ocupacional, a vistoria no ambiente de trabalho e a informação do trabalhador.</p> <p>(D) anamnese ocupacional, o conhecimento dos riscos ocupacionais por parte do periciando, a vistoria no ambiente de trabalho e os dados epidemiológicos da empresa.</p> <p>(E) vistoria no ambiente de trabalho, o relato do paciente, a periodicidade dos exames médicos periódicos e a utilização dos equipamentos de proteção individual.</p>	<p>47. Segundo a Norma Técnica que versa sobre Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT), o retorno ao trabalho, com quadro estabilizado, deverá dar-se em ambiente e atividade/função adequados,</p> <p>(A) com risco de exposição desde que sob controle médico.</p> <p>(B) dependendo do risco de exposição.</p> <p>(C) sem risco de exposição.</p> <p>(D) para aqueles que não se enquadrarem no programa de reabilitação profissional.</p> <p>(E) só se houver remissão dos sintomas.</p>
<p>45. No âmbito da Medicina do Trabalho caracteriza-se a doença profissional como</p> <p>(A) a inerente a um grupo etário como os tumores, servindo como exemplo o câncer de bexiga.</p> <p>(B) a endêmica adquirida por segurados habitantes da região em que houve exposição ou contato direto, determinado pelo trabalho.</p> <p>(C) aquela adquirida em condições especiais em que o trabalho é realizado.</p> <p>(D) aquele agravo que, mesmo não havendo incapacidade laborativa produza danos à saúde mental.</p> <p>(E) aquela definida no grau III da Classificação de Schilling.</p>	<p>48. Uma das obrigações determinadas na Convenção 139 da OIT é</p> <p>(A) designar pessoa competente ou serviço especializado para tratar das questões relativas à prevenção e limitação dos riscos existentes.</p> <p>(B) estabelecer sistema de análise de agentes químicos, físicos ou biológicos que possam trazer danos à saúde dos trabalhadores.</p> <p>(C) autorizar, dentro de um prazo determinado, as modificações necessárias nas instalações para garantir o cumprimento das disposições legais relativas à saúde ou segurança dos trabalhadores.</p> <p>(D) organizar os primeiros socorros e atendimento de urgência.</p> <p>(E) assegurar que se proporcione aos trabalhadores os exames médicos ou os exames ou pesquisas de ordem biológica ou de outro tipo, durante o emprego ou depois do mesmo, que sejam necessários para avaliar a exposição ou o estado de sua saúde em relação aos riscos profissionais.</p>
<p>46. Um trabalhador com história de doença respiratória ocupacional apresenta-se à perícia médica com os seguintes exames complementares: espirometria, radiografia do tórax e o resultado de um teste de provocação brônquica. Para esse paciente,</p> <p>(A) a espirometria será útil para a avaliação da disfunção e da incapacidade respiratórias.</p> <p>(B) se tiver asma ocupacional, a curva seriada de pico de fluxo expiratório não será um bom método para a avaliação do nexa causal.</p> <p>(C) a interpretação da radiografia do tórax, se for pneumoconiose, seguirá a classificação padronizada pela Sociedade Brasileira de Pneumologia.</p> <p>(D) o teste de provocação brônquica, com o monóxido de carbono, servirá para avaliar as trocas gasosas em nível alveolar.</p> <p>(E) todos os exames citados serão essenciais para o seguimento e prognóstico se for portador de asma ocupacional.</p>	<p>49. São obrigações relacionadas à saúde dos trabalhadores, inseridas na Convenção 81 da OIT, EXCETO:</p> <p>(A) Garantir o cumprimento dos dispositivos legais referentes às condições de trabalho e proteção dos trabalhadores.</p> <p>(B) Fornecer informação técnica e orientar empregadores e trabalhadores.</p> <p>(C) Dar conhecimento à autoridade competente das deficiências e abusos não cobertos pela legislação.</p> <p>(D) Acompanhar a saúde dos trabalhadores expostos ou potencialmente expostos por meio de exames admissionais e periódicos.</p> <p>(E) Zelar pelo cumprimento da legislação de saúde e segurança do trabalhador e investigar os efeitos dos processos, materiais e métodos de trabalho na sua saúde e segurança.</p>

<p>50. Diante de um trabalhador com 50 anos com curva audiométrica (audiometria tonal) mostrando entalhe de 55 dB nas frequências de 4 a 6 KHz, pode-se concluir que</p> <p>(A) sua exposição a ruído elevado ocorreu nos últimos 5 anos e só poderá ter origem ocupacional se houver comprometimento bilateral e simétrico.</p> <p>(B) a hipótese de perda auditiva induzida por ruído ocupacional não está afastada se houver comprometimento do ouvido interno.</p> <p>(C) esse tipo de curva, comprometendo frequências altas, elimina a possibilidade de uma perda ocasionada por exposição a solventes industriais.</p> <p>(D) se a perda auditiva for ocupacional, será reversível caso o trabalhador venha a afastar-se da exposição.</p> <p>(E) com um audiograma desse padrão exclui-se, pelo menos, causas etiológicas como doenças virais e ototoxicidade por medicamentos.</p>	<p>53. Um trabalhador de uma unidade de produção de solventes refere o início há alguns meses, insidiosamente, de cefaléia, indisposição geral, anorexia, sonolência, fraqueza, infecções frequentes de garganta e nas últimas semanas sangramentos espontâneos, principalmente nas gengivas. Trouxe apenas um hemograma com 2.600 leucócitos, 50.000 plaquetas e já está há 18 dias sem trabalhar. O seu encaminhamento ao INSS, como doença do trabalho,</p> <p>(A) será legalmente reconhecido se a data do início da doença for igual ou menor que 180 dias.</p> <p>(B) só deverá ocorrer se tiver completado o período de carência nas contribuições à Previdência.</p> <p>(C) será precedido da emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), mesmo sem o diagnóstico confirmado.</p> <p>(D) estará condicionado à realização dos exames complementares específicos para confirmar a forte hipótese diagnóstica de benzenismo.</p> <p>(E) exigirá a anexação de cópias do prontuário médico, do PCMSO e do PPRA da empresa.</p>
<p>51. Os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais consistentes na jornada de 6 (seis) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento e na proteção em face da automação, na forma da lei, estão previstos,</p> <p>(A) originariamente nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>(B) exclusivamente no Regulamento Geral da Previdência Social.</p> <p>(C) originariamente na Constituição Federal do Brasil de 1988.</p> <p>(D) privativamente na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(E) exclusivamente na Lei Orgânica da Saúde.</p>	<p>54. Um trabalhador, em decorrência de acidente do trabalho, submeteu-se a cirurgia, desenvolveu complicações pós-operatórias e permaneceu com seqüelas no tornozelo direito. Queixa-se de dores constantes e inchaço na região, com dificuldades para caminhar, porque o seu trabalho exige o posicionamento permanente em pé. Seu último afastamento durou 14 meses e está, atualmente, trabalhando há cerca de 3 meses.</p> <p>Neste caso,</p> <p>(A) constatada a incapacidade parcial para o trabalho, ele deve receber o auxílio-acidente, 50% do salário mínimo, a partir da data do acidente.</p> <p>(B) a concessão do auxílio-acidente condiciona-se a sua readaptação pelo médico do trabalho, em função compatível com suas limitações.</p> <p>(C) sua estabilidade no emprego é estendida para 18 meses por tratar-se de acidente do trabalho.</p> <p>(D) a emissão da Comunicação do Acidente do Trabalho (CAT) deve conter o mesmo código de Classificação Internacional de Doenças (CID-10) que motivou o afastamento inicial.</p> <p>(E) a opção por novo afastamento do trabalho não requer emissão da Comunicação do Acidente do Trabalho (CAT).</p>
<p>52. Um trabalhador de 48 anos, está apresentando, há 15 dias, com intensidade progressiva, dor na região lombar, irradiada para o membro inferior direito e associada a parestesias na região da panturrilha D. Relata que há 17 dias, no trabalho, desceu uma escada carregando objeto pesado e sentiu uma “fisgada nas costas”. Não procurou atendimento médico. Seu prontuário tem registros recentes de dores nas costas e um exame tomográfico revelando espondiloartrose e escoliose lombar.</p> <p>Nesse caso,</p> <p>(A) a ausência do registro imediato da ocorrência (fisgada), retirou seu direito ao benefício como acidente do trabalho.</p> <p>(B) a história clínica e ocupacional não o enquadra na classificação de Schilling prejudicando o relacionamento da ocorrência com o trabalho.</p> <p>(C) conceitualmente, pela Previdência Social, está definitivamente descartada a hipótese de acidente do trabalho.</p> <p>(D) o retorno ao trabalho deverá ser precedido de uma autorização do médico do trabalho da empresa, se o seu afastamento superar 6 meses.</p> <p>(E) o reconhecimento previdenciário do nexa causal com o trabalho será atribuição legal da perícia médica do INSS.</p>	<p>55. Em relação à situação de saúde dos trabalhadores no Brasil, vista sob diferentes perspectivas, entre elas a das estatísticas da Previdência Social, pode-se dizer que</p> <p>(A) é preocupante a elevação na letalidade dos acidentes do trabalho quando se observa que sua incidência tem caído regularmente entre 1970 e 2000.</p> <p>(B) o aumento progressivo das Doenças do Trabalho se justifica apenas pelas inovações tecnológicas ocorridas no processo de produção.</p> <p>(C) a redução significativa na prevalência das doenças relacionadas ao trabalho deve-se ao avanço nos conhecimentos diagnósticos e terapêuticos.</p> <p>(D) os acidentes do trabalho com gravidade persistem elevados pelo pouco acesso à assistência médica de qualidade.</p> <p>(E) a baixa escolaridade do trabalhador é um dos fatores contributivos para o excesso de atos inseguros na determinação dos acidentes no trabalho.</p>

MEDICINA GERAL

56. A epidemiologia pode ser definida como “o estudo dos fatores que determinam a frequência e a distribuição das doenças em populações”. O pressuposto em que se baseia para o desenvolvimento de suas pesquisas é o de que as doenças
- (A) não ocorrem ao acaso na população, e é possível descrever fatores causais ou preveníveis.
 - (B) não ocorrem ao acaso na população, por isso não é possível identificar fatores causais ou preveníveis.
 - (C) ocorrem ao acaso na população, mas é possível identificar fatores causais ou preveníveis.
 - (D) ocorrem ao acaso na população, por isso não é possível identificar fatores causais ou preveníveis.
 - (E) assim como os fatores causais ou preveníveis ocorrem ao acaso na população.

Instruções: Para responder às questões de números 57 a 60 considere as informações e a tabela abaixo.

Foi estudada a ocorrência e os fatores de risco para os transtornos mentais comuns (TMC) em uma amostra de 425 motoristas e 422 cobradores de ônibus na região Sudeste do Brasil. Os principais resultados do estudo estão na tabela.

Risco para os transtornos mentais comuns (TMC) entre motoristas e cobradores de ônibus na Região Sudeste do Brasil*

Variáveis	Total	Prevalência TMC		OR	IC95%
		n	%		
Categoria ocupacional					
motorista	425	57	13,4	1,0	–
cobrador	422	119	28,2	1,8	1,1 – 3,1
Sono					
> 6 horas	676	122	18,0	1,0	–
< 6 horas	171	54	31,6	1,7	1,1 – 2,5
Trânsito					
leve/regular	551	93	16,9	1,0	–
intenso	296	83	28,0	2,0	1,4 – 2,8
Idade (anos)					
30 ou mais	641	114	17,8	1,0	–
< 30	206	62	30,1	1,2	0,8 – 2,0
Falta ao trabalho					
não	618	113	18,3	1,0	–
sim	229	63	27,5	1,5	1,1 – 2,3
Procedência					
outras regiões	494	87	17,6	1,0	–
Nordeste	353	89	25,2	1,6	1,1 – 2,3
Anos de trabalho					
> 10	206	33	16,0	1,0	–
4 – 10	208	41	19,7	1,2	0,7 – 2,0
< 4	433	102	23,6	1,3	0,7 – 2,1

* Ajustamento mediante modelo de regressão logística.

57. O tipo de estudo epidemiológico realizado foi
- (A) coorte.
 - (B) ecológico.
 - (C) transversal.
 - (D) caso-controle.
 - (E) saúde ocupacional.

58. Foram fatores de risco para os transtornos mentais comuns (TMC)
- (A) ser do Nordeste, dormir menos que 6h por noite e ter mais de 30 anos.
 - (B) ter menos de 4 anos de trabalho na empresa, falta no trabalho e trânsito leve.
 - (C) ter menos que 30 anos, trânsito intenso e ter menos de 4 anos de trabalho na empresa.
 - (D) ser do Nordeste, dormir menos que 6h por noite e trânsito intenso.
 - (E) as variáveis analisadas não mostraram ser fator de risco para os TMC.

59. A prevalência de TMC nos motoristas e cobradores foi, respectivamente, de
- (A) 13,4% e 28,2%
 - (B) 18,0% e 31,6%
 - (C) 28,2% e 13,4%
 - (D) 57 e 13,4
 - (E) 119 e 28,2

60. O modelo de regressão logística utilizado para o ajuste das variáveis tem como objetivo
- (A) estabelecer uma margem de erro do risco pelo intervalo de confiança.
 - (B) controlar os erros de confundimento.
 - (C) controlar erros de seleção.
 - (D) ajustar variáveis.
 - (E) testar as modificações de efeito.

61. Em um estudo de coorte, para investigar o papel etiológico do contraceptivo oral no desenvolvimento de tromboembolismo, foi encontrado um Risco Relativo (RR) de 2,0 com intervalo de confiança de 95% de 1,4 a 3,8. Com base nestes resultados, pode-se afirmar que a associação é
- (A) significativa, pois o risco relativo de 2,0 é consideravelmente alto.
 - (B) não significativa, porque o limite inferior do intervalo de confiança (1,4) é consideravelmente baixo.
 - (C) significativa, porque o intervalo de confiança não inclui a unidade (1,0).
 - (D) não significativa, porque o intervalo de confiança exclui o zero.
 - (E) significativa, porque o intervalo de confiança exclui o zero.

62. São doenças ou agravos de notificação compulsória imediata, mesmo em casos suspeitos:
- (A) tuberculose, hanseníase, tracoma e leptospirose.
 - (B) coqueluche, dengue, esquistossomose e difteria.
 - (C) hepatite B e C, leishmaniose visceral, febre amarela e diarreia infecciosa.
 - (D) aids, doença meningocócica, febre maculosa e febre tifóide.
 - (E) botulismo, sarampo, poliomielite e paralisias flácidas agudas.

63. Paciente de 68 anos, aposentado, trabalhava na indústria de plásticos. Há 8 meses foi operado de câncer gástrico, comprovado por exame histopatológico. Dois meses após a cirurgia apresentou metástase pulmonar, com piora significativa do quadro clínico. Uma semana antes do óbito apresentou broncopneumonia, quando foi novamente internado. Hipertenso há muitos anos, seis meses antes de sua morte teve um acidente vascular cerebral, permanecendo hemiplégico. A causa básica de morte, a ser preenchida no atestado de óbito – importante fonte de informação em saúde pública – é, neste caso,
- (A) acidente vascular cerebral.
 - (B) metástase pulmonar.
 - (C) broncopneumonia.
 - (D) câncer gástrico.
 - (E) hipertensão arterial.

64. A tabela abaixo traz a distribuição dos trabalhadores de petróleo segundo exposição ocupacional a ruído (do-simetria) e a presença de hipertensão arterial.

Hipertensão arterial	Exposição a ruído ≥ 85 decibéis por ≥ 10 anos			
	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
Sim	119	25,2	43	14,2
Não	353	74,8	260	85,8
Total	472	100,0	303	100,0

Após os cálculos, obteve-se χ^2 (qui-quadrado) = 13,6 e $p < 0,001$. O perito médico concluiu que

- (A) a exposição a ruído é causa de hipertensão entre trabalhadores de petróleo.
- (B) há associação estatística entre exposição a ruído e hipertensão arterial, em um nível de significância de 5%.
- (C) a chance de um exposto a ruído ter hipertensão arterial é 13,6 vezes a chance de um não-exposto.
- (D) quem se expõe a ruído terá hipertensão, com uma probabilidade de 95%.
- (E) não existe associação entre ruído e hipertensão arterial.

65. A mortalidade proporcional por doenças não transmissíveis nas regiões brasileiras apresentou, no período de 1940 a 2003, a tendência de
- (A) redução, uma vez que houve significativa melhora na assistência à saúde.
 - (B) elevação, como conseqüência da diminuição nas taxas de mortalidade por doenças infecciosas.
 - (C) redução, principalmente em função da significativa diminuição das doenças cardiovasculares na última década.
 - (D) estabilidade, em função do aumento dos casos de câncer e queda das doenças cardiovasculares e infecciosas.
 - (E) elevação, em função do envelhecimento populacional e do desenvolvimento urbano do período.

66. Uma atividade típica de atenção primária em saúde mental é a
- (A) psicoterapia de escolares.
 - (B) detecção e tratamento precoce dos transtornos mentais comuns.
 - (C) formação de grupos para orientação aos pais dos escolares.
 - (D) atuação policial para controle da drogadição.
 - (E) diminuição e controle do uso de psicotrópicos.

67. A determinação social do processo saúde-doença significa:
- I. Que as questões relativas ao meio social devem ser consideradas na análise do processo de adoecimento.
 - II. Entender que o processo biológico de desgaste e reprodução está relacionado às condições de vida e trabalho.
 - III. Que o biológico é determinado pelo social.
 - IV. Entender que o processo biológico de desgaste físico é ocasionado somente pelo comportamento individual que determina uma exposição de risco.
- Está correto o que se afirma em
- (A) IV, somente.
 - (B) II e IV, somente.
 - (C) I, II e III, somente.
 - (D) II, III e IV, somente.
 - (E) I, II, III e IV.

68. Quanto à organização de programas de pré-natal para atendimento às mulheres em Centros de Saúde ou pelo Programa de Saúde da Família, pode-se afirmar que ambos
- (A) estimulam o parto domiciliar em detrimento do parto hospitalar.
 - (B) servem para o controle dos grupos de risco, não tendo impacto nas gestações normais.
 - (C) têm um sentido educativo relacionado ao conhecimento do corpo da gestante e aos aspectos psicológicos da relação mãe-bebê.
 - (D) não têm impacto nas regiões mais desenvolvidas, sendo propostas importantes para os grupos populacionais menos favorecidos.
 - (E) são importantes por terem um grande impacto na mortalidade materna e perinatal por meio de ações educativas e rotinas padronizadas visando o controle de riscos à saúde das gestantes e dos recém-nascidos.

<p>69. Segundo o Código de Ética Médica é vedado ao médico</p> <p>(A) deixar de esclarecer o trabalhador sobre as condições de trabalho que tragam risco a sua saúde.</p> <p>(B) deixar de informar a empresa o estado de saúde dos trabalhadores.</p> <p>(C) engajar-se em movimentos de reivindicação salarial.</p> <p>(D) colaborar com os sindicatos de trabalhadores.</p> <p>(E) recusar a realização de atos médicos permitidos por lei, mas contrários aos ditames de sua consciência.</p>	<p>73. Entre as atribuições dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) NÃO consta</p> <p>(A) cumprir o papel de principal porta de entrada para os portadores de agravos à saúde advindos do trabalho.</p> <p>(B) utilizar critérios epidemiológicos e de avaliação de riscos no planejamento das ações.</p> <p>(C) notificar compulsoriamente acidentes do trabalho em crianças e adolescentes e dermatoses ocupacionais.</p> <p>(D) ser retaguarda técnica aos serviços de vigilância epidemiológica para análise dos agravos à saúde relacionados ao trabalho.</p> <p>(E) estar subordinados a instâncias de controle social do SUS.</p>
<p>70. É recomendação do Ministério da Saúde para o tratamento dos casos novos de tuberculose que se use preferencialmente o Esquema 1 (Rifampicina, Isoniazida e Pirazinamida), EXCETO nos casos de</p> <p>(A) tuberculose miliar.</p> <p>(B) meningite tuberculosa.</p> <p>(C) tuberculose renal.</p> <p>(D) tuberculose pulmonar.</p> <p>(E) toda forma de tuberculose extrapulmonar.</p>	<p>74. Para estabelecimento de nexo causal, o parecer</p> <p>(A) pode prescindir do exame físico/mental.</p> <p>(B) deve considerar apenas o estudo do local de trabalho sendo dispensada a história ocupacional.</p> <p>(C) deve ser conseqüente aos atendimentos individuais realizados por equipe multiprofissional.</p> <p>(D) pode ser requerido pelo trabalhador somente após completar o período de 3 meses de experiência no trabalho.</p> <p>(E) pode ser emitido por qualquer profissional da equipe multiprofissional.</p>
<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REFERENTE AO SUS</p> <p>71. A legislação da Assistência Social NÃO prevê</p> <p>(A) os benefícios eventuais como o auxílio-natalidade ou por morte.</p> <p>(B) a descentralização político-administrativa das decisões.</p> <p>(C) a promoção da integração ao mercado de trabalho.</p> <p>(D) a assistência às pessoas por intermédio de ações de recuperação da saúde.</p> <p>(E) a promoção da integração do portador de deficiência à vida comunitária.</p>	<p>75. A legislação federal do SUS</p> <p>(A) prevê que a informação sobre os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional, deve ser prestada exclusivamente ao Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(B) dispõe que a informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidente do trabalho, doença profissional e do trabalho deve ser prestada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>(C) prevê a assistência ao trabalhador vítima de acidente do trabalho, com exclusão dos portadores de doença profissional e do trabalho, cuja assistência médica está no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social.</p> <p>(D) restringe a normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador às instituições e empresas públicas.</p> <p>(E) garante ao sindicato dos trabalhadores o direito de requerer ao órgão competente a interdição da máquina, de setor de serviço e de todo ambiente de trabalho quando houver risco iminente de vida ou saúde dos trabalhadores.</p>